

Partido questiona no Supremo “apagão de transparência” do governo

O Governo Federal quer mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal para produzir um "inconstitucional apagão de transparência na Administração Pública de todos os níveis". É o que alega o Partido Socialista Brasileiro (PSB), em ADPF ajuizada no Supremo Tribunal Federal na última quinta-feira (14/11).

Presidência da República



Decreto quer apagão dos mandatos que encerrarão em 2022.
Presidência da República

O partido questiona o decreto 10.540/20, que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle. Pela norma, os entes federativos deverão seguir as disposições apenas a partir de janeiro de 2023.

No entanto, a norma anterior – revogada pelo decreto de Bolsonaro – o prazo final para que todos os Estados se adequassem às novas normas de transparência acabou em maio de 2013.

De acordo com o partido, trechos do decreto ofendem aos princípios da publicidade, da eficiência e da impessoalidade da Administração Pública e ao dever constitucional de disponibilização de informações orçamentárias, contábeis e fiscais. Isso porque retiram a obrigatoriedade de cumprimento pelos Estados do padrão mínimo de qualidade e acessibilidade dos sistemas de transparência, ao menos 2023.

"O Executivo pretende se desviar do processo legislativo para disciplinar matéria cuja competência é atribuída a outro poder, qual seja, regras de fiscalização financeira dos estados", afirma o advogado **Rafael Carneiros**, do **escritório Carneiros e Dipp Advogados**.

O relator do processo será o ministro Marco Aurélio.

Clique [aqui](#) para ler a decisão
ADPF 763

Meta Fields